

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - É regimental o vosso pedido, Coronel Telhada. Vamos encaminhar ao governador, ao prefeito Orlando Morando e também ao prefeito João Doria.

Faço coro com V. Exa: Sr. Governador do estado de São Paulo, reconheça o seu bom policial e mande para cá o seu projeto de reajuste ao nosso funcionalismo público.

Também deixo os parabéns ao prefeito João Doria pelo excelente trabalho, principalmente enfrentando a desordem desta cidade. Não existe democracia sem ordem, e o prefeito está no caminho certo. Receber críticas, isso é comum, mas parabéns.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Nesta semana, tivemos aqui a participação de várias pessoas integrantes do movimento em defesa do lamspe e em defesa do Hospital do Servidor Público Estadual, do pessoal da Comissão Consultiva Mista do lamspe e membros da Frente Parlamentar em Defesa do lamspe. Fizeram uma peregrinação dentro da Assembleia Legislativa, conversando com os deputados, reunidos para que possamos aprovar mais recursos no Orçamento de 2018 para o lamspe.

O lamspe está totalmente sucateado, degradado e abandonado do ponto de vista do investimento pelo governo. O governo estadual não investe no lamspe. Ele é sustentado com o dinheiro dos próprios servidores, com o desconto que vem no holerite de cada servidor público do estado de São Paulo. Só que o governo não oferece sua contrapartida. Sua cota de contribuição não é oferecida.

Anualmente apresentamos a proposta de dois por cento de contribuição do governo. Nossas propostas são todas obstruídas pela base do Governo, que é controlada pelo governador Alckmin. Nossas propostas para que o Hospital do Servidor Público Estadual tenha um mínimo de financiamento do governo, essas propostas são obstruídas pelos partidos ligados ao governador Alckmin.

A situação só piora no Hospital do Servidor Público Estadual. Estamos recebendo a professora Rosa, a professora Maria Cândida e o senhor Larry, que vieram aqui nos acompanhar. Ela nos fez um relato da situação do hospital, da dificuldade, do desmonte de vários serviços do hospital. O relato da professora Maria Cândida é o retrato que ilustra bem o que acontece com um dos melhores hospitais do Brasil.

Ele ainda tem bons médicos, tem bons funcionários, mesmo com todo esse sucateamento, mesmo com as aposentadorias já feitas, com a falta de investimento e, sobretudo, com o incentivo que o governo dá para que esses servidores saiam do Hospital do Servidor Público Estadual. Mesmo assim ele tem um atendimento minimamente de qualidade, Sr. Presidente, porque os funcionários e os médicos oferecem.

Mas também estão trabalhando em condições precarizadas. Outro dia, um servidor do hospital morreu no elevador. O elevador caiu com ele, o elevador do arquivo. Fui até lá, fiz uma diligência, levei o caso até o Ministério Público e para o Tribunal de Contas do Estado, porque a situação lá é precarizada também para quem trabalha no próprio hospital.

Existem várias denúncias da associação de funcionários do Hospital do lamspe e também dos próprios médicos, de todos os profissionais da Saúde.

Então, é muito grave a situação que ocorre hoje - e há muito tempo - no lamspe. E nós apresentamos aqui a solução.

Primeiramente tem que mudar aquela gestão. É um absurdo que o superintendente do lamspe seja pessoa da iniciativa privada. Ele trabalhou na Vasp; não tem nada a ver com hospital. Normalmente esses cargos da superintendência são cargos políticos, cargos de confiança que são oferecidos pelo Governo, pelo Palácio dos Bandeirantes. Ali viri um cabide de emprego. Há deputados que já passaram por lá. O deputado perde a eleição e ganha de presente a superintendência do lamspe. Então, não é pra valer. E ele fica com problema de gestão muito grave, como nós conversamos aqui Maria Cândida, Sr. Ari, tem mesmo a questão de gestão de cima e tem a questão de subfinanciamento.

Agora, o hospital é dos servidores, é financiado com dinheiro dos supervisores, mas é administrado por um - eu diria - interventor. É um interventor que vem de cima para baixo ligado ao Governo e que não tem nenhum vínculo com os servidores.

Temos a Comissão Mista do lamspe que faz um trabalho muito importante de cobrança de fiscalização, mas a superintendência do lamspe não acata, não leva muito em consideração as grandes contribuições dadas pela comissão mista. Se a Comissão Mista do lamspe, sobretudo os servidores que participam dela, fossem ouvidos, o hospital seria outro. Mas a nossa luta aqui na Assembleia Legislativa, nesse momento, é no sentido de que possamos agora, na aprovação do Orçamento de 2018, que será votado até o dia 20 de dezembro, quando teremos mais uma chance histórica de reverter essa situação aprovando mais recursos para o lamspe, que é o hospital que atende aos servidores do estado de São Paulo. O nosso mandato, inclusive, apresentou aqui uma emenda de 850 milhões de reais, que é a Emenda nº 87 - estou com ela em mãos aqui - que já ajudaria bastante a tirar o lamspe do sufoco.

Portanto, já peço apoio aos deputados para que pressionem a Assembleia Legislativa no sentido de que possamos apresentar a Emenda nº 87, que disponibiliza mais recursos para o lamspe. Nós apresentamos aqui um valor de 850 milhões de reais para 2018, que não é suficiente, mas já ajudaria bastante. Agora, isso depende da Assembleia Legislativa, da base do Governo.

Então, faço aqui esse apelo a todos os deputados e deputadas desta Casa.

O Governo não quer investir mesmo no lamspe. Ele vai desmontando, sucateando o lamspe. O sonho do governo Alckmin é terceirizar o lamspe, é entregá-lo para uma OS, uma Organização Social para destruir de vez o lamspe; esse é o grande sonho dele. Como ele vai querer agora fazer com as escolas estaduais quando ele apresentou essa proposta de um convênio com empresas, com organizações para o ensino médio; eu já debati esse assunto aqui na data de ontem.

Então, fica o nosso apelo aqui: deputados e deputadas, vamos votar nas emendas que nós apresentamos. Eu apresentei essa, mas sei que outros deputados apresentaram emendas nesse sentido. Nobre deputado Coronel Telhada, nós temos que aprovar essas emendas porque o Hospital do Servidor Público não pode mais continuar da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Muito obrigado, deputado Carlos Giannazi. Concorde com V. Exa., conte com o meu apoio. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Telhada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não posso aqui deixar de registrar uma notícia importante para nós. A Justiça acabou de conceder uma liminar suspendendo essa propaganda criminosa do criminoso presidente Temer, que é o chefe da quadrilha, onde ele está gastando mais de 77 milhões de reais dos cofres públicos, do povo brasileiro, para fazer propaganda enganosa na televisão, nos meios de comunicação de massa sobre a reforma da Previdência. Ele, agora, está mentindo com dinheiro

público. Contratou uma ou mais empresas - abriu uma licitação -, gastando mais de 77 milhões de reais. Temos informações de que o valor, na verdade, supera os 100 milhões. E fez uma propaganda mentirosa, ideológica, no sentido de convencer a população a apoiar a reforma da Previdência, que é esse projeto que ele apresentou no Congresso Nacional.

Ele mente abertamente: em primeiro lugar, elege os servidores públicos como os culpados pela crise e pelo ajuste fiscal que tem de ser feito. O bode expiatório é o servidor público. E é tão escandalosa a mentira da propaganda oficial do governo, que a Justiça do Distrito Federal concedeu uma liminar suspendendo-a dos meios de comunicação de massa. Isso não é reforma da Previdência, é a destruição da aposentadoria. Se o projeto for aprovado, boa parte da população não terá mais acesso à aposentadoria. E o governo mente, fazendo um discurso totalmente contrário a isso.

Todas as pesquisas e dados já foram apontados no sentido de que a Previdência não é deficitária. Por detrás da reforma do Temer, estão os planos de previdência privada que querem abocanhar esse mercado bilionário. Por detrás da reforma, ainda, existe o interesse dos rentistas e especuladores da dívida pública, porque o dinheiro da Previdência é transferido, através da Adru, para o mercado financeiro, os especuladores, os rentistas e os banqueiros nacionais e internacionais. Ou seja, a reforma nada mais é do que a transferência do orçamento público para o capital financeiro e para as empresas privadas de aposentadoria, que são verdadeiras arapucas.

Ninguém tem nenhuma garantia ao contribuir com os planos de previdência do Bradesco ou do Itaú, porque esses planos quebram o tempo todo. Ninguém tem garantia nenhuma. Há um histórico, no Brasil, de quebra de planos de previdência. Todo mundo sabe disso.

Mas ele sofreu uma grande derrota. Dia cinco, nós faremos manifestações em todo o Brasil contra a reforma da Previdência, com paralisações. A população estará nas ruas e nas redes sociais, pressionando não só Temer - o chefe da quadrilha - a retirar o projeto, mas também os deputados, para que eles não aceitem nem mais a tramitação dessa proposta, que é totalmente inviável. Nós sabemos que a crise brasileira tem a ver com a desigualdade social, com a concentração de renda e com a política econômica adotada pelos últimos governos: isso vem de Fernando Henrique até hoje, passando por Lula, Dilma e, sobretudo, por Temer.

Nossa política econômica é para o mercado financeiro. Há um bom tempo tem sido assim. Quem ganha com essa política econômica é o rentista, o especulador, o banqueiro. Eles ganham muito dinheiro com a manutenção dessa desigualdade social, com essa concentração de renda.

Nós queremos saudar a Justiça nesse aspecto, porque derrubou, pelo menos provisoriamente, uma propaganda falsa e enganosa, que tenta convencer a população a aprovar um projeto contra si mesma. Isso é um absurdo total; é inconcebível. Ele joga com a mentira, logicamente, é muito dinheiro.

O governo usa a mídia e tem o apoio da própria imprensa, porque a imprensa empresarial - os grandes meios de comunicação de massa - é a favor dessa reforma. Os investidores, a Fiesp e as elites econômicas a defendem. Como eles controlam os meios de comunicação de massa, a mídia fica o tempo todo martelando na cabeça do povo brasileiro que é necessário fazer a reforma da Previdência. E não é. Temos, sim, de fazer uma auditoria da dívida pública brasileira. Esse é o problema do Brasil. Quase metade do orçamento federal é destinado exatamente para o pagamento de juros de uma dívida obscura, que não tem transparência e que nunca foi auditada. Isso está na Constituição. Tem um artigo na Constituição Federal que obriga o Brasil a fazer auditoria.

Eu tenho certeza de que quando houver uma auditoria essa dívida vai cair em mais da metade. Sabemos disso. Isso aconteceu no Equador. Teve uma auditoria da dívida do Equador e a dívida caiu em 60 por cento. Daí vai ter mais dinheiro para Educação, para Saúde, para Segurança Pública, para Assistência Social. Essa é a solução para o Brasil: auditoria da dívida pública brasileira. Isso já resolve uma boa parte das nossas mazelas sociais.

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, encerrar esta minha intervenção dando conta da nossa audiência pública de ontem. Ontem, nós fizemos uma grande audiência pública com os alunos, com os professores e com os funcionários da UniSant’Anna, Centro Universitário Sant’Anna, que está em greve porque não paga os professores, não paga os funcionários e deixou os alunos reféns. A situação lá é muito grave.

Parece-me que há um problema de gestão, por causa de uma briga familiar, não deu para entender, porque veio uma pessoa ligada à mantenedora e não apresentou nenhuma proposta concreta para resolver o problema. Os alunos estavam indignados, revoltados, assim como os professores.

O Sinpro, sindicato dos professores da rede privada de São Paulo, participou, teve uma atuação importante, na pessoa do Professor Fábio Zambon. Estavam presentes também a professora Silvia e o professor Pedro, que são diretores, participaram, acompanharam, porque já estão acompanhando a situação da UniSant’Anna, que está se degradando, está se derretendo a cada dia.

Há problema de gestão, eu não sei o que acontece lá dentro, parece que é uma família que é proprietária, o fato é que nessa incompetência administrativa os alunos estão pagando um preço muito alto. Os professores não recebem, os funcionários também, é muito grave a situação.

E mesmo o aluno que deseja pedir uma transferência, porque percebeu que o barco vai afundar, não consegue pedir a transferência, porque a UniSant’Anna não dá. É um absurdo, é como se o navio estivesse afundando, uma pessoa tivesse a oportunidade de sair, porque tem outros navios, mas não deixam. Enfim, a universidade impede que os alunos saiam. Os alunos são obrigados a continuar pagando uma faculdade que não tem mais aula. É um absurdo. Ouvi relatos tenebrosos, assustadores, dos alunos, professores e funcionários.

Eu indaguei a representante da UniSant’Anna, ela disse que havia uma proposta concreta, mas não tinha proposta concreta nenhuma, os alunos ficaram mais revoltados ainda e nós, então, fizemos vários encaminhamentos, dentre eles acionar a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e acionar o Geduc, que é um órgão do Ministério Público Estadual que cuida dessa área da Educação. Vamos, também, acionar o Ministério Público Federal, porque, como a universidade é uma concessão do governo federal, do MEC, nós queremos que o Ministério Público Federal investigue e faça uma devassa dentro da UniSant’Anna.

Vamos também acionar, logicamente, o MEC, Ministério da Educação, para que ele fiscalize e tome as providências cabíveis, vamos acionar o Conselho Nacional de Educação, vamos acionar as comissões de educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que haja intervenção, e também o Tribunal de Contas da União, porque faculdade recebe dinheiro federal do Fies e do ProUni. Então, nós vamos fazer uma devassa, porque é inconcebível aquela situação.

Digo que não é só uma agressão à dignidade humana dos alunos, professores e funcionários, mas, sobretudo, é um ato criminoso de uma faculdade deixar a situação chegar a uma crise incontrolável como aquela, abandonando os alunos. Há alunos que já estão terminando o curso, tem curso de engenharia, de nutrição, de enfermagem, de pedagogia, as pessoas estão perdendo o sonho de ter um diploma universitário e uma profissão por conta dessa irresponsabilidade e desse descaço com a gestão de uma universidade.

Eu disse ontem que a universidade é uma concessão pública do Estado e tem uma série de legislações que dão conta do funcionamento, da supervisão e da fiscalização das universidades privadas. Mas, parece-me que lá não há fiscalização nenhuma.

Então, agora, nós estamos acionando oficialmente e faremos isso através de um dossiê, que já está sendo preparado pelos alunos, pelos funcionários e pelos professores, com a participação do Sindicato dos Professores.

Nós queremos que haja uma profunda investigação e, sobretudo, que haja uma intervenção na UniSant’Anna, porque é inconcebível o que está acontecendo lá.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Lembrando-os, ainda, da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de realizar a outorga do colar de honra ao mérito legislativo do estado de São Paulo ao senhor Nelson Kioshi Nakada.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 11 minutos.

4 DE DEZEMBRO DE 2017 180ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e LECI BRANDÃO
Secretário: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LECI BRANDÃO
Informa que hoje, dia 04/12, é celebrado o "Dia de lansã", orixá conhecida como a Senhora dos Raios, dos Ventos e das Tempestades. Defende que todos possam exercer o direito de professar suas crenças religiosas, tendo em vista a laicidade do Estado. Lembra a realização de audiência pública, em 05/12, sobre racismo e garantia da livre expressão cultural e religiosa, de iniciativa de seu mandato e do deputado Padre Afonso Lobato. Lamenta casos recentes de violência contra terreiros de religiões de matriz africana. Considera que o racismo motivou estes crimes.
3 - LECI BRANDÃO
Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA
Comenta a fala da deputada Leci Brandão sobre intolerância religiosa e relata que já sofreu preconceito por ser evangélico. Apresenta matéria do jornal "O Estado de S. Paulo" a respeito do assassinato de policiais no estado de São Paulo. Comenta os dados da reportagem sobre policiais mortos e feridos no Estado no período de 2001 a 2017. Considera que os agentes são assassinados por seu vínculo com a força policial, mesmo quando não estão em serviço. Pede o envio a esta Casa de projeto de reajuste para o funcionalismo público.
5 - CORONEL TELHADA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
6 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 05/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, para prestar homenagem ao "Dia do Extensionista Rural". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.
Convindo a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.
A SRA. 1ª SECRETÁRIA - LECI BRANDÃO - PCdoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmar Gimenes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, hoje é dia quatro de dezembro, e na tradição das religiões de matriz africana, hoje é celebrado o dia de lansã, ou Oyá, a senhora dos raios, dos ventos e das tempestades.

É um orixá que é muito cultuado, que tem muitos fãs em nosso País. Inclusive, a grande cantora brasileira Maria Bethânia gravou uma música que fala nisso, "senhora dos raios", "rainha dos raios". "Tempo bom, tempo ruim". Eparrei, Belyoyá.

Como filha de lansã que sou, deusa guerreira e fiel às suas convicções, nós poderia deixar de vir a esta tribuna para homenagear a minha mãe espiritual e para defender os ideais em que acredito, sendo que o principal deles é o de que possamos viver em um mundo de igualdade, um mundo sem guerras, em que todos tenham o direito de defender e professar a sua crença. Afinal de contas, está escrito na Constituição que o estado é laico.

Embora eu seja uma pessoa ligada às religiões de matriz africana, todos os projetos de lei que chegam ao nosso mandato vindos de deputados de outras religiões recebem o nosso parecer favorável. Jamais dei parecer contrário a qualquer religião.

Na próxima quinta-feira, nosso mandato, em parceria com o deputado Afonso Lobato e com entidades que combatem o racismo religioso, vai realizar uma audiência pública com o tema "Racismo e a Garantia de Livre Manifestação Cultural e Religiosa". Fico muito honrada, pois foi o padre Afonso Lobato que nos procurou para apresentar essa pauta.

Graças a Deus, nossos assessores se uniram, estão encaminhando tudo direitinho e está tudo muito bem. O objetivo do encontro é apresentar casos recentes de violência contra terreiros e praticantes das tradições de matriz africana, a fim de encaminhar pedidos de apuração, de redução de danos e, principalmente, de punição aos agressores.

As tradições de matriz africana sofrem não apenas com a intolerância religiosa, mas também com o racismo. Tudo tem a ver com o povo negro, sempre agredido, sempre diminuído. Isso é muito ruim. E não é diferente com o cambômbê, a umbanda e outras tradições. Tratar essa questão sem levar em conta o racismo é um erro.

Frequentadores de terreiros sendo apedrejados, terreiros sendo invadidos e depredados, rejeição ao ensino da história da África nas escolas, vinculação do samba e da capoeira ao demônio... Não podemos aceitar isso. Isso é racismo. Não é apenas intolerância, é racismo mesmo.

Temos legislação a favor da liberdade de crença, temos a Constituição dizendo que o estado é laico e temos leis que tipificam crimes de racismo. Mas isso não basta, se as autoridades brasileiras, o Poder Executivo, não aplicarem as leis.

Quero parabenizar a todos os filhos e filhas de lansã pelo dia de hoje e dizer que me sinto muito feliz e orgulhosa de poder estar aqui hoje, trajando uma camiseta com a imagem de lansã. Isso prova a nossa autenticidade, a nossa legitimidade em relação à questão da religião de matriz africana.

Quero agradecer ao deputado Coronel Telhada e dizer que estamos sempre com as portas abertas para receber qualquer demanda, qualquer caso ou situação de preconceito ou exclusão em relação a qualquer religião neste País.

Muito obrigada.

- Assume a Presidência a Sra. Leci Brandão.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente, funcionários e assessores que se encontram neste Plenário, policiais militares, telespectadores da TV Assembleia, ouvi atentamente as palavras de minha antecessora, deputada Leci Brandão, que falou sobre sua religião. Vossa Excelência sempre tem o nosso apoio em todos os eventos que apresenta.

Porém, o preconceito não é apenas com as religiões de matriz africana. Nós, evangélicos, também passamos por isso. Sou crente desde que nasci e, quando jovem, sofri muito por isso. Discriminação... Alguns apanhavam na saída da escola, pois não concordavam com algumas atitudes que outras pessoas consideravam normais.

Essa discriminação é inata ao ser humano. O ser humano é muito ruim, por natureza. Ele discrimina em razão de cada besteira, seja cor, religião... Enfim, sempre procura um motivo para desfalzar da outra pessoa. Nós temos certeza de que temos que trabalhar contra isso. Ninguém ganha com isso. Todo mundo perde. Então, tem o nosso apoio aqui, porque nós entendemos que religião é uma coisa que tem que ser respeitada, e respeitada com muita valorização, porque cada um crê nos princípios, e esses princípios têm que ser respeitados. Acho que esse é um dos grandes princípios da democracia, o respeito pela crença, pela vida, pelas atitudes. Enfim, respeitar os outros sempre fez bem e continua fazendo muito bem, obrigado.

Mas eu queria falar aqui, Sra. Deputada, se me permite, sobre uma matéria veiculada, ontem, no jornal "O Estado de São Paulo", que teve, praticamente, duas páginas, inclusive capa de jornal, que falam sobre o problema, deputada Leci Brandão - V. Exa. que está aqui diariamente e ouve minhas falas e do Coronel Camilo também - da violência no nosso Estado, sobre a violência no Brasil.

Nós, que somos policiais militares, acabamos sendo vítimas dessa violência também. Muitas pessoas falam da violência policial, mas esquecem que a Polícia não é violenta; violento é o crime que reverbera em todo o Estado. E aqui nessa matéria - quero até mandar um abraço para o Marcelo Godoy, que foi o autor dessa matéria, que eu sei que ele estudou, que chegamos até a nos encontrar em alguns eventos - ele fala que um policial é morto a cada cinco dias no estado de São Paulo. Veja bem, esse é um caso de guerra: em cada cinco dias morre um policial. Desde 2001, Sra. Deputada, praticamente 15, 16 anos, 1.147 policiais, homens e mulheres, foram assassinados no estado de São Paulo: de serviço, de folga, aposentados. Eu mesmo, há 15 dias, perdi o sargento Vieira, meu assessor, que foi morto tomando café num estabelecimento lá na zona leste, com três tiros no rosto e dois no peito. O policial militar, até aposentado, perde o direito inclusive de tomar um café; é muito ruim isso; é muito terrível isso, e as nossas autoridades nada fazem.

Aqui a imprensa, nesse momento, manifesta-se e diz o seguinte: são 1.147 policiais, desde 2001 até 2017; 1.147 mortos, 3.131 feridos, arma de fogo, feridos a disparo de tiros, facadas, envolvidos em capotamento de acidentes de viaturas, atropelados por bandidos na pista, ou atropelados por um cidadão que vinha dirigindo totalmente distraído. São 3.131 homens e mulheres feridos, gravemente feridos em missões da Polícia Militar. Isso dá quase um número de 4.300 homens e mulheres vítimas da violência, nesses últimos anos. Essa é uma realidade triste que muita gente não quer perceber.

Em outra matéria aqui ele fala o seguinte, é uma conclusão até do estudo que ele prestou, mas nós temos que nos atentar: só 5,9 % das mortes têm ligação com o serviço. Ele quer dizer o seguinte: que desses números altíssimos de mortos, 6% realmente estariam de serviço, mas aqui eu discordo, porque mesmo aquele policial, por exemplo o meu assessor que foi morto aqui, que estava aposentado há sete, oito anos, não estava no serviço policial, mas foi assassinado simplesmente porque era policial militar. Foram para roubar as armas dele, sabiam que ele era policial, tanto que não deram nem chance para ele reagir; dois jovens chegaram, agarraram-no pelas costas e o mataram friamente.

Isso acontece na esmagadora maioria dos casos onde morre policial militar. Então, vemos aqui que a morte do policial, esteja de serviço, de folga, seja em que situação for, ocorre porque ele é policial. Aqui eles falam em roubos; também não concordo, tanto que a própria matéria aqui fala. Veja o que o bandido, deputada Leci Brandão, falou para a mulher quando abordou o casal. Ela pediu, por favor, que não matasse o marido. Ele falou para ela ficar tranqüila que não iria matar; só daria um tiro na cabeça dele. E deu um tiro na cabeça do policial